

## TCU entrega ao Congresso lista de obras com irregularidades

Tribunal constata problemas em 70 das 414 obras fiscalizadas este ano. Inspeções concentram-se nas áreas de transporte rodoviário, energia elétrica e recursos hídricos

### Fiscalização começou com descoberta de desperdício

Um desperdício calculado em US\$ 15 bilhões, descoberto em 1995, levou o Congresso a pedir ao Tribunal de Contas da União fiscalização de obras públicas como a que resultou no relatório recebido ontem pelo presidente do Senado. Na época, uma sub-comissão temporária do Senado constatou a existência de 2.214 obras com execução paralisada por irregularidades e falta de planejamento. O documento foi chamado de "mapa do desperdício nacional".

Página 3

Genaldo Magalhães



TRANSPARÊNCIA Sarney diz que relatório do TCU, entregue por Campelo, contribui para democratizar aplicação de recursos

O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou problemas em 16,9% das 414 obras que fiscalizou este ano. Ao todo, são 70 obras, totalizando R\$ 3 bilhões, com indícios de irregularidades graves, conforme o relatório entregue pelo presidente do tribunal, Valmir Campelo, ao presidente do Senado, José Sarney. Embora ressaltando a autonomia do Congresso, Campelo disse esperar que não sejam alocadas verbas para essas obras, que se localizam em 23 estados, mais o Distrito Federal.

Página 3

### Heloísa: falta de investimentos alimenta os superávits

A senadora Heloísa Helena criticou o governo por estabelecer superávits orçamentários alimentados pela ausência de investimentos em infra-estrutura e em setores como saúde, saneamento, moradia e educação. Segundo ela, a contenção de gastos nessas áreas, que poderiam beneficiar as populações pobres, serve para "encher a pança dos banqueiros". Heloísa apontou também aumento das despesas do governo com juros.

Página 4

### Ciro pede a Sarney para intermediar solução de conflito por fundo regional

Ministro deseja que Sudene e Sudam, que estão sendo recriadas, administrem R\$ 2,6 bilhões do desenvolvimento regional, reivindicados por governadores

Jane Araújo



APELO Embora reconheça que "a motivação dos governadores é justa e correta", Ciro afirma que é preciso encontrar uma solução para o fundo

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, esteve no Congresso em busca de apoio para sua intenção de atribuir à Sudene e à Sudam, que estão sendo recriadas, a administração do Fundo de Desenvolvimento Regional. O presidente do Senado, José Sarney, propôs uma solução negociada para o impasse.

Página 3

### Governo não investe no petróleo, diz Suassuna

Nos últimos três anos, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deveria ter recebido R\$ 6 bilhões para as atividades de prospecção e pesquisa de petróleo. No entanto, só recebeu R\$ 6 milhões. O fato foi citado ontem pelo senador Ney Suassuna como prova de que não está havendo investimento suficiente para aumentar as reservas petrolíferas do país. Ele anunciou que vai propor audiência pública para discutir o problema.

Página 4



**REALIZADOR** Paulo Octávio diz que o ápice da carreira de Juscelino foi a construção de Brasília

## Senado faz homenagem aos 102 anos de JK

Por requerimento do senador Paulo Octávio (PFL-DF), a hora do expediente da sessão de hoje será dedicada a homenagear o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 102 anos da data do seu nascimento.

Em seu pedido, o senador afirma que JK é uma das figuras mais marcantes da história política brasileira, por suas muitas realizações como prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e presidente da República, entre os anos de 1956 e 1961. Eleito senador da República por Goiás, teve seus direitos políticos cassados por dez anos, pelo regime de exceção instaurado em 1964.

Para Paulo Octávio, a construção de Brasília representou o ápice da carreira política de Juscelino Kubitschek. Isso se deve não somente pelo arrojo e beleza da capital brasileira, mas sobretudo porque marcou a marcha do desenvolvimento econômico e social do país em direção ao interior, que resultou no aproveitamento do cerrado para a agricultura e pecuária, na construção de novas cidades e na valorização da região amazônica.

# Raupp pede que estados voltem a criar municípios

■ Senador mostra que vários distritos do país têm condições de se transformar em cidades

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu em Plenário que os estados voltem a ter poder de iniciativa de criação de municípios, suspenso desde 1996, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 15, que condicionou a criação de cidades à aprovação de uma lei específica no Congresso. Ele informou que vários distritos de municípios de Rondônia têm até 15 mil habitantes, alguns



**APOIO** Raupp solicita aos senadores que aprovem projeto de Sérgio Zambiasi, que favorece os estados

com mais de 6 mil eleitores, mas com pouca chance de se transformarem em cidades.

No Centro-Sul do país existem municípios com até menos

de mil eleitores, o que mostra a injustiça contra os distritos das regiões de ocupação mais recente, afirmou. No caso do estado de Rondônia, ele citou quatro distritos do município de Porto Velho: Extrema, Nova Califórnia, Jaci-Paraná e Calama. Extrema, por exemplo, está a 320 quilômetros da sede municipal e conta com 20 mil habitantes.

Raupp propôs que o Congresso Nacional apóie o projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que volta a permitir a criação de municípios por iniciativa dos estados, depois de realizada uma consulta popular na região a ser desmembrada (PEC 13/03).



**ARMAS** Renan destaca que proibição já é prevista no estatuto, mas depende de decisão popular

## Renan cobra referendo para desarmamento

O porte de armas de fogo em poder de cidadãos comuns no Brasil perdeu sua validade ontem, de acordo com o que estabelece o Estatuto do Desarmamento aprovado pelo Senado em 9 de dezembro de 2003 e sancionado pelo presidente da República em 22 de dezembro.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que a prioridade agora é a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de Resolução que trata da realização de um referendo sobre a proibição ou não do comércio de armas de fogo no país. Ele lembrou que a proibição já está prevista no estatuto, mas depende de decisão da população. A data prevista para o referendo é o primeiro domingo de outubro de 2005.

De acordo com o Estatuto do Desarmamento, somente podem portar armas os integrantes das Forças Armadas, as guardas municipais das capitais e dos municípios com mais de 250 mil habitantes, agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da segurança da Presidência da República, todos os órgãos policiais, agentes e guardas prisionais, de escolta de presos, guardas portuários e agentes de empresas de segurança privada e de transporte de valores.

Também têm autorização para o porte os praticantes de esportes que exigem o uso de armas de fogo e os colecionadores. Os registros para atiradores, caçadores, colecionadores, integrantes do Departamento de Polícia Federal, magistrados e membros do Ministério Público ficam a cargo do Comando do Exército.

Os residentes de áreas rurais que comprovarem a necessidade da arma para sustento da família poderão ter o porte de armas na categoria "caçador".

## Agenda



### Plenário celebra aniversário de JK

A hora do expediente da sessão de hoje, às 14h30, vai homenagear o ex-presidente JK pela passagem dos 102 anos do seu nascimento. Mais informações sobre os trabalhos do Plenário podem ser encontradas na Ordem do Dia Eletrônica, no site [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). O serviço já foi inaugurado.

### Novas comissões mistas

Está prevista para amanhã a instalação de duas comissões mistas para analisar medidas provisórias. A primeira, marcada para as 11h, pode examinar a proposta (MP 215/04) que reajusta o soldo dos

militares das Forças Armadas; a segunda, às 14h30, discute medida (MP 214/04) que inclui o biodiesel na matriz energética brasileira para ser usado como combustível misturado ao óleo diesel.

### A Voz do Cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas de todo o país pelo telefone 0800-61-2211. O atendimento funciona 24 horas por dia.

### TV Senado

No programa *Cidadania*, às 19h30, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e o engenheiro Flávio Garcia discutem a gestão das florestas. Às 20h30, Alvaro Dias (PSDB-PR) fala sobre a CPI da Terra.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Jane Araújo



**APELO** **Ciro (E)** diz que Sarney pode ajudar na tramitação de projetos que recriam Sudam e Sudene e a encontrar fórmula para fundo regional

## Ciro pede a Sarney para intermediar conflito

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem, após receber o ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, que vai trabalhar pelo surgimento de uma solução negociada para a alocação de recursos destinados ao desenvolvimento regional, visando conciliar a posição dos governos estaduais com o federal.

– Temos que harmonizar as concepções diferentes e procurar um meio-termo, de modo a conjugar os projetos de longo prazo e os emergenciais.

Sarney elogiou o ministro por inovar com “uma importante virada na visão dos problemas do Nordeste: uma visão de longo prazo, permitindo que eles sejam encarados na sua totalidade e não segmentadamente”, embora essa posição conflite com a dos governadores, que precisam de soluções para problemas imediatos.

O próprio **Ciro Gomes** reconhece que “a motivação dos governadores é justa e correta”, e por isso veio pedir a ajuda do senador.

– Vim buscar sua intermediação, sua atuação e seu prestígio para a tramitação da nova Sudam e da nova Sudene, e que nos ajude a encontrar uma fórmula justa para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

### Interligação

O projeto de interligação de bacias do Rio São Francisco e de garantia da segurança hídrica do Nordeste também foi objeto da conversa entre **Ciro** e **Sarney**, que gostou da proposta: “O projeto é muito bom e obedece a essa visão de longo prazo, é um projeto para 30 anos”.

– Estamos sendo realistas, pois é preciso revitalizar a bacia, regularizar a vazão do rio e proteger as nascentes.

## Fundo de R\$ 2,6 bilhões gera desacordo com governadores

A movimentação do ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, que veio ao Senado pedir apoio do presidente **José Sarney**, gira em torno de uma pergunta: quem vai aplicar os R\$ 2,6 bilhões que poderão ser destinados ao Fundo de Desenvolvimento Regional? O fundo ainda não existe, mas poderá se tornar realidade se for aprovada a reforma tributária, que está na Câmara, depois de votada no fim de 2003 pelos senadores. O fundo será abastecido por 2% da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, tirados da fatia que pertence à União.

Durante as discussões no Senado, no ano passado, ficou decidido que o dinheiro do

Fundo de Desenvolvimento Regional seria administrado pelos governos estaduais. Nos últimos meses, no entanto, o ministro **Ciro Gomes** passou a reivindicar que esses recursos sejam direcionados a projetos de desenvolvimento regional, e não estadual. Seria o caminho para redução das desigualdades regionais. Mais: ele propõe que uma parte do dinheiro seja gerida pelas novas Sudene e Sudam – os projetos dos dois órgãos já passaram pela Câmara e estão no Senado

Os governadores não concordam em perder a administração do novo fundo, que levaria recursos para incentivar o desenvolvimento estadual.

# Relatório do TCU aponta 70 obras irregulares

■ **Valmir Campelo entrega a Sarney relação de obras que podem sofrer bloqueio de recursos da União**

Markadas por indícios de irregularidades graves, 70 obras públicas beneficiárias de investimentos federais correm o risco de sofrer bloqueio na liberação dos recursos previstos no Orçamento Geral da União para 2005. A relação dessas obras foi entregue ao presidente do Senado, **José Sarney**, na tarde de ontem, pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro **Valmir Campelo**.

De acordo com o relatório do TCU, as obras irregulares representam 16,9% das 414 fiscalizadas pelo tribunal este ano e respondem por R\$ 3 bilhões dos R\$ 20 bilhões consignados para a totalidade. As fiscalizações concentraram-se nas áreas de transporte rodoviário (24,4%), energia elétrica (15,8%) e recursos hídricos (7,5%), embora a maior dotação orçamentária tenha sido destinada ao setor de petróleo, contemplado com cerca de R\$



**RIGOR** **Valmir Campelo espera que recomendações do TCU sejam obedecidas por administradores**

12,8 bilhões e coberto por 5,6% das auditorias realizadas.

Superfaturamento, irregularidades graves no processo licitatório e alterações indevidas de projetos e especificações lideraram os tipos de desvios detectados pelos técnicos do TCU. Segundo **Valmir Campelo**, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) se mostraram “os setores mais problemáticos”.

– Embora o Congresso tenha autonomia para alocar ou não recursos, nossa expectativa é de

que não sejam alocadas verbas para obras com possíveis irregularidades graves – adiantou **Campelo**. A liberação das dotações orçamentárias previstas ocorreria, conforme explicou, à medida que os gestores das obras cumprissem as recomendações feitas pelo TCU. Se os problemas persistem, o tribunal encaminha o caso ao Ministério Público e à Advocacia Geral da União para instauração de ações civil e penal.

Ainda segundo **Campelo**, o presidente **Sarney** agradeceu a colaboração do TCU e saudou a iniciativa como uma forma mais democrática de administração dos recursos públicos.

As 70 obras com indícios de irregularidades graves localizam-se em 23 estados, mais o Distrito Federal, concentrando-se em Rondônia e no Rio Grande do Sul, com seis relatos cada um; no Piauí, com cinco; no Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina, com quatro. Foram detectados desvios, por exemplo, na modernização da malha viária do distrito industrial de Manaus, na adequação de anel rodoviário do DF e na ampliação dos portos de Rio Grande (RS) e Itajaí (SC).

## Fiscalização anual foi sugerida pelo Congresso

O controle e a fiscalização anual das obras públicas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para subsidiar a votação do Orçamento Geral da União pelo Congresso Nacional, começaram a ser feitos em 1997, quando o Congresso acatou sugestão da Comissão Temporária de Obras Inacabadas, instalada pelo Senado. A comissão realizou, de abril a novembro de 1995, levantamento em todos os estados do país, descobrindo 2.214 obras com execução paralisada por irregularidades, falta de dotação orçamentária e de planejamento.

O relatório do então senador **Casildo Maldaner** apontou um desperdício calculado, na época, em R\$ 15 bilhões, o equivalente a US\$ 15 bilhões, devido à paridade vigente entre o real e a moeda norte-americana naquele período. O presidente da comissão, então

senador **Carlos Wilson**, disse que o relatório era “um mapa do desperdício nacional”. O presidente do Senado, que recebeu o relatório, era **José Sarney**, que reconheceu no trabalho uma diretriz fundamental para a elaboração do Orçamento Geral da União e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O documento final teve cerca de 1.200 páginas, com detalhes técnicos, orçamentários e até mesmo fotos das obras paralisadas ou simplesmente abandonadas. São citados, por exemplo, o prédio da Justiça estadual do Amazonas, em Manaus, cujas obras ficaram paralisadas por mais de 20 anos, o trecho da rodovia BR-282, que liga o Brasil à Argentina, e a Ponte da Amizade, sobre o Rio Parnaíba, ligando Teresina (PI) a Timon (MA), que era em 1995 um esqueleto de US\$ 14,4 milhões, todos já

concluídos.

A partir de 1997, o TCU passou a elaborar relatórios anuais, com auditorias sobre as principais obras públicas do país, para que o Congresso tenha elementos para votar a LDO e o Orçamento. A Comissão Temporária de Obras Inacabadas também sugeriu o fim das emendas individuais de parlamentares ao Orçamento, em favor das emendas de bancada, coletivas, com maior rigor técnico de seleção.

O TCU passou ainda a utilizar 350 analistas de controle externo durante cinco meses por ano. Os relatórios do TCU são encaminhados, anualmente, até 30 de setembro à Comissão Mista de Orçamento, para que os parâmetros orçamentários sejam definidos. Nenhuma obra com indício de irregularidade recebe dotações orçamentárias até que o problema seja corrigido.



# Suassuna quer investimento em prospecção de petróleo

■ De acordo com o senador, a Agência Nacional do Petróleo não recebe os recursos destinados por lei

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou preocupação com a política de petróleo no Brasil, por entender que não está havendo suficiente prospecção do produto com a finalidade de aumentar as reservas do país. Ele afirmou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP), responsável por essas atividades, não está recebendo os recursos que lhe são destinados por lei.

– Nos últimos três anos, a agência deveria ter recebido R\$ 6 bilhões para atividades de prospecção e pesquisa. No entanto, recebeu apenas R\$ 2 milhões; o restante foi colocado no caixa do Tesouro para despesas correntes. Que tipo de prospecção é possível fazer com quantia tão irrisória? – indagou.

## Lobão: corte de recursos do Nordeste é inaceitável

O senador Edison Lobão (PFL-MA) protestou ontem contra a redução dos recursos orçamentários para investimento em infra-estrutura destinados ao Maranhão, em 2005. Ele classificou a medida como “desdém, indiferença, desinteresse, descaso e irresponsabilidade” do governo federal para com o estado e pregou a união da bancada nordestina contra o corte orçamentário.

– Não vou aceitar que tratem assim o povo do Maranhão. Eu exijo um tratamento à altura do nosso merecimento – declarou.

Lobão disse que o Orçamento Geral da União para 2005 destina 24% dos recursos de investimento ao Nordeste, e o Maranhão teve redução nesse montante, em relação a 2004, de R\$ 248 milhões para R\$ 95 milhões. Ele lembrou que o estado registra um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e que tem



**DEBATE** Suassuna deve apresentar à CAE pedido de audiência pública com autoridades do setor

Suassuna afirmou que, logo após as eleições, vai apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) requerimentos de audiência pública com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, os presidentes da Petrobras, José Eduardo Dutra, da Transpetro, Sérgio Machado, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, e da ANP, Sebastião do Rego Barros.

De acordo com o parlamentar, o Senado precisa estar plenamente informado sobre a política de petróleo do país, para poder sugerir modificações e providências no sentido da expansão da produção com a finalidade de se obter a auto-suficiência no mais breve tempo possível.

### Paraíba

Suassuna manifestou sua preocupação com a falta de prospecção petrolífera no estado da Paraíba, quando o estado vizinho, o Rio Grande do Norte, já produz petróleo há muito tempo. Como o lençol petrolífero deve ser o mesmo nos dois estados, afirmou Suassuna, “a Paraíba está sendo lesada em seus interesses”.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que seu estado, o Maranhão, também deve ter petróleo, embora não esteja havendo prospecção lá, no momento. Ele concordou com Suassuna sobre a importância da destinação de mais recursos à ANP para financiamento de pesquisas.



**CRÍTICA** Lobão classifica a redução de verbas como “indiferença e irresponsabilidade” do governo

estão sendo usados para fazer estoque de dinheiro em benefício de uma política econômica que foge até ao que foi tratado com o FMI – afirmou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solidarizou-se com Lobão e disse que a redução nos recursos é inadmissível. Ele ainda lembrou que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) está paralisada há dois anos. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) observou que o protesto de Lobão demonstra a importância do projeto das parcerias público-privadas (PPPs).



**INTERESSES** Economia de gastos públicos serve para “encher a pança de banqueiros”, diz Heloísa Helena

## Para Heloísa, sociedade paga caro por meta de superávit

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), em pronunciamento ontem, criticou o governo por estabelecer superávits orçamentários alimentados pela ausência de investimentos em infra-estrutura e em setores como saúde, saneamento, moradia e educação.

Para a parlamentar, a ausência de investimentos é provocada pela “economia dos gastos públicos para encher a pança dos banqueiros”. Ela disse que deixaria de ser uma senadora de esquerda se alguém lhe mostrasse um país que tenha obtido sucesso seguindo a receita imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), na qual consta a exigência de os países obterem superávits primários para garantir o pagamento de

juros de suas dívidas.

Heloísa Helena informou que o governo anterior utilizou o equivalente a 45,16% do orçamento da União para compor o superávit e garantir o pagamento de serviços da dívida. O atual governo, no ano passado, foi além, utilizando o equivalente a 54,16% do orçamento para juros e amortizações.

O segundo passo do receituário do FMI, afirmou, começa agora a ser posto em prática pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a proposta de instituir as parcerias público-privadas (PPPs). De acordo com a senadora, trata-se de privatizar o que sobrou dos setores estratégicos, como saneamento, educação, saúde e moradia popular.

### Pesar

Durante seu discurso em Plenário, Heloísa Helena manifestou pesar pela morte do socialista italiano Livio Maitan, no último dia 16, em Roma, aos 81 anos. Segundo a senadora, Maitan foi um dos mais destacados militantes de esquerda de todo o mundo e um dos condutores da 4ª Internacional Socialista, tendo defendido um programa de marxismo revolucionário “nos difíceis anos do pós-guerra”.

O papel de Maitan na formação de dirigentes da esquerda italiana e na árdua batalha contra o sectarismo do movimento trotskista foi ressaltado por Heloísa. Ela leu trechos de um texto sobre o político, escrito pela militante feminista e comunista italiana Lídia Cirillo.

## Secretário elogia reedição de obra rara pelo Senado

“O Brasil tem que comemorar ao ver que o Senado está sensibilizado em reeditar obras raras e importantes para o resgate da história do país.” O comentário foi feito pelo secretário-executivo de Cultura do Pará, Paulo Chaves Fernandes, que na noite de ontem, no estande do Senado na VIII Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém, autografou exemplares do livro *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena.

Durante a solenidade de lançamento da nova edição do livro, Paulo Chaves disse ao diretor-executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Werner Pedrosa, e ao presidente do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga, que encaminhará ao Conselho Editorial a sugestão de reedição de uma obra que resgata

a história do Teatro da Paz, de Belém. A intenção é que a publicação seja lançada na próxima Feira Pan-Amazônica.

– Através dessas publicações do Conselho Editorial, o Senado está reescrevendo a história do Brasil e fazendo com que livros raros possam chegar à Casa e à biblioteca do povo – afirmou Paulo Chaves.

O ex-senador e ex-governador do Pará Almir Gabriel também esteve presente à solenidade.

Na próxima sexta-feira, serão lançados dois outros livros no estande do Senado: *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, de Alfred Russel Wallace, e *Fundação de Belém do Pará – Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1616*, de Ribeiro do Amaral, que tem apresentação assinada pelo presidente do Senado, José Sarney.